



A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA (BA)

CONCEIÇÃO, Verônica Alves dos Santos

Mestranda do Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (UFBA)

veronica.alves604@gmail.com

127

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha

Docente do Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade (UFBA)

sonia.sampaio@terra.com.br

RESUMO

Este é um estudo da relação entre qualidade da educação e o movimento estudantil da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) a partir de 1976, ano de sua criação. Visa analisar as principais reivindicações do coletivo estudantil feirense e seu protagonismo nas políticas de avaliação da qualidade do ensino superior, a partir de documentação localizada na própria universidade. Abordo a temática da educação de qualidade como um direito baseado nas necessidades e experiências humanas e não somente nas necessidades impostas pelos interesses do mercado. Dessa forma, entendo que a organização dos estudantes como movimento tem potencial para se constituir como espaço para o debate dos rumos da educação, gerando aprendizado político importante na formação da juventude para que ela participe das questões hoje colocadas para a sociedade em geral.

Palavras-chave: Movimento Estudantil, Qualidade da Educação, Vida Universitária.

ABSTRACT

This study examines the relationship between the quality of education and the students' movements at Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS – State University of Feira de Santana) since it was created in 1976. Resorting to the university's own documents, it aims to analyze the main claims of the university's student body, and students as protagonists in evaluation policies for higher education. Themes related to good quality education as a right based on human experiences and needs and not only on needs posed by market interests are approached. I propose, thus, that the organization of students' movements can potentially constitute a site for the debate on educational pathways, engendering relevant political learning for the education of youngsters as participants in the debate of questions faced by society as a whole.

Key-words: Student Movement, Quality Education, University Life.



INTRODUÇÃO

Ao realizar entrevistas com professores da UEFS para a elaboração da minha dissertação de mestrado sobre a avaliação do ensino pelo estudante despertei para esse tipo específico de participação estudantil, sua organização política, como um dos instrumentos possíveis de garantia da qualidade da educação superior. Ao longo da coleta de dados, observei que os professores entrevistados atribuíam grande importância ao estudante como parte responsável pela avaliação da qualidade da educação e do ensino. Eles são unânimes na compreensão de que os estudantes devem se organizar em coletivos visando a avaliação e a elaboração de propostas para possíveis mudanças necessárias no contexto educativo, pois entendem que iniciativas individualizadas e conversas informais em sala produzem resultados limitados. Mas, apontam, ao mesmo tempo, o distanciamento das reivindicações estudantis em relação à busca pela qualidade na medida em que o suporte financeiro parece ter o valor de principal bandeira dos movimentos que organizam. Estes resultados iniciais, a partir das entrevistas com os docentes, trouxeram, então, a ideia de entender como o movimento estudantil tem se comportado em relação a essa questão. Como base para essa pesquisa utilizei informativos da época encontrados na universidade, notas divulgadas em site oficial da UEFS e noticiários da cidade, bem como, comentários postados em redes sociais utilizadas por estudantes.

Falar de qualidade em educação impõe, em primeiro lugar, admitir a complexidade envolvida na concepção do que vem a ser “qualidade” dada as múltiplas significações que lhe são atribuídas. Assim, considerando os desafios colocados pelo tema, uso, nesse estudo, o conceito de qualidade na educação apresentado pela Unesco/Orealc (2002) que aponta quatro dimensões para defini-la: a dimensão pedagógica, a cultural, a social e a financeira. Nesse sentido, qualidade da educação articula-se à avaliação, pois pode ser aferida a partir dos resultados alcançados pelo desempenho dos estudantes (BRASIL, 2004). No entanto, pensar em qualidade a partir da perspectiva avaliativa é insuficiente se ela não for acompanhada de análises mais exaustivas que ajudem a explicar estes resultados à luz das distintas variáveis que gravitam em torno do fenômeno educativo.

Afinal, como os estudantes se articulam para aferir/intervir a/na qualidade do ensino oferecido na universidade? Essa é uma das questões que norteia a dissertação de mestrado em elaboração e que permitiu estudar a relação entre a qualidade do ensino e o movimento



estudantil organizado da UEFS, como um recorte. Para atingir esse objetivo foi necessário visitar elementos da história dessa instituição e do movimento estudantil que nela se desenvolveu. Além disso, pareceu pertinente trazer algumas informações sobre a relação entre o movimento estudantil e a política educacional do governo brasileiro na tentativa de articular dados nacionais e regionais. Partilho do entendimento de Gohn (2008) quando define o movimento social como expressão de uma ação coletiva que decorre de uma luta sócio-política, econômica e cultural. Organiza-se em torno de demandas que configuram sua identidade, determinam suas redes de mobilizações, práticas comunicativas e a cultura própria nas formas como sustentam e encaminham suas reivindicações. O movimento estudantil é então, segundo essa compreensão, um movimento social que se desenvolve no interior da população escolarizada que pretende um diploma de ensino superior, no caso a UEFS, o campo de pesquisa da dissertação em curso.

A RELAÇÃO ENTRE A QUALIDADE DA EDUCAÇÃO E O MOVIMENTO ESTUDANTIL

Um olhar sobre os dilemas da educação universitária sugere que as mudanças experimentadas pela sociedade contemporânea modificaram a forma do homem interpretar o mundo, a si mesmo, ao conhecimento e, conseqüentemente, a educação. O contexto sócio-político impõe à universidade a necessidade de redesenhar sua missão e a convida a prestar contas da qualidade dos serviços que oferece à sociedade (SEABRA SANTOS e ALMEIDA FILHO, 2012), no desenvolvimento de competências para a formação integral e profissional (DIAS SOBRINHO, 2005) ou ainda pela necessidade de melhorar sua eficácia pedagógica frente o crescimento de fenômenos como o fracasso e o abandono dos estudos (PAIVANDI, 2013).

Reconhecer a necessidade de assegurar a qualidade de educação superior nos leva à pergunta: o que é qualidade? Quem determina a qualidade da educação superior? A Rede Ibero-americana para Acreditação da Qualidade da Educação Superior (RIACES)¹ define qualidade como o

¹ RIACES é uma associação, sem fins lucrativos, que reúne agências de avaliação e credenciamento de dezoito países ibero-americanos e se destina a promover a cooperação e o intercâmbio nesse campo contribuindo para a garantia da qualidade da educação superior nesses países. O INEP está integrado à RIACES.



Grado en el que un conjunto de rasgos diferenciadores inherentes a la educación superior cumplen con una necesidad o expectativa establecida. En una definición laxa se refiere al funcionamiento ejemplar de una institución de educación superior. Propiedad de una institución o programa que cumple los estándares previamente establecidos por una agencia u organismo de acreditación (RIACES, 2009, p15).

A definição consubstancia o compromisso político da gestão universitária, a atuação dinâmica e eficiente dos professores e a responsabilidade compartilhada com toda a sociedade, principalmente com os estudantes, pois uma melhoria na qualidade do processo educativo beneficia a todos os envolvidos conforme sinaliza o Informe Regional da UNESCO ao abordar as metas do Plano de Ação para Educação dos países membros da Cúpula das Américas no que diz respeito à garantia da qualidade da educação,

(...) las metas a luz del impacto que éstas tienen en los distintos ámbitos sociales o, dicho de otro modo, por su capacidad de brindar efectivamente un mayor bienestar social [...] no solo son objetivos en si mismos, sino también medios para alcanzar otros fines sociales deseables, como mayores ingresos salariales, mayor desarrollo económico, mejor distribución del ingreso, mayor participación ciudadana em lãs decisiones políticas, consolidación de valores y normas democráticas, entre otros. Por lo tanto, es fundamental revisar la evidencia disponible para la región a efectos de poder dimensionar el impacto social de la educación (UNESCO, 2003, p. 43).

Retomo as dimensões que a Unesco/Orealc (2002) relaciona à questão da qualidade. Segundo esse documento, o aspecto pedagógico tem um caráter fundamental e se efetiva quando o currículo é cumprido de forma eficaz; a dimensão cultural enfatiza que os conteúdos do currículo partem das condições, possibilidades e aspirações do público a quem é dirigido o ensino. Ao considerar a dimensão social, a educação é de qualidade quando contribui para a equidade, ao passo que, do ponto de vista econômico, a qualidade está relacionada à eficácia no uso dos recursos destinados à educação.

Dada a importância de oferecer formação de qualidade aos estudantes, o Brasil, obedecendo a uma tendência mundial, torna o tema da qualidade como central nas discussões, reformas e documentos de caráter educacional. A Constituição Brasileira aponta, como sendo da competência dos órgãos estatais, garantir que o ensino seja ministrado com base em padrões de qualidade e de igualdade de condições para o acesso aos níveis mais elevados do ensino (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) apresenta qualidade como “a variedade e quantidade mínima, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem” (BRASIL, Art. 4º alínea IX, 1996). O



Plano Nacional de Educação (PNE) projeta, entre seus objetivos, elevar a taxa bruta da matrícula na educação superior para 50% da população entre 18 a 24 anos, com expansão das matrículas no setor público em pelo menos 40% e garantir que, pelo menos 75% dos professores no conjunto do sistema de educação superior sejam mestres e 35% doutores para promover a melhoria da qualidade da educação (BRASIL, 2014).

É certo que garantir a qualidade da educação e avaliar a efetivação desse compromisso legal não é tarefa fácil, pois, além das dimensões passíveis de quantificação, o que já exige uma competência técnica apurada, há a necessidade de incluir no processo avaliativo um sentido ético, incluindo-a como aspecto da formação para a cidadania. Dessa forma a qualidade da educação articula-se à avaliação formativa, compreendida como algo que ultrapassa os resultados alcançados pelo desempenho dos estudantes (BRASIL, 2004). Para Dias Sobrinho (2008), determinar os níveis de desempenho dos estudantes é insuficiente se essa medida não for acompanhada de análises mais exaustivas que ajudem a compreender os resultados à luz das variáveis que gravitam em torno do fenômeno educativo. Dentre as medidas consideradas pelo autor está a opinião dos estudantes sobre o que ocorre no âmbito da instituição e da sala de aula, seja nos processos de ensino e aprendizagem, nos currículos e nas suas expectativas com relação ao próprio processo educativo.

Para Morosini (2010) a avaliação de qualidade das instituições é potencializada a partir do envolvimento de todos, os gestores e corpo administrativo, os professores e, certamente, os estudantes. Aos primeiros competem administrar recursos, programas, procedimentos, normas e incentivos que contribuam para a aprendizagem e no desenvolvimento do estudante; professores envolvidos e hábeis em boas práticas de ensino estimulam os diferentes talentos e estilos de aprendizagem, desenvolvendo reciprocidade e cooperação entre os estudantes. Por sua vez, o estudante é corresponsável pela qualidade da sua formação acadêmica, influenciada também pelo *o quê faz, como o faz e quanto o faz*, lançando mão dos recursos disponibilizados pelas universidades para esse fim.

Essas considerações iniciais já permitem algumas indagações importantes sobre a educação de qualidade como um direito, tema que faz parte do desenvolvimento desse estudo. Considerar a educação de qualidade como um direito é assumir um princípio ético e moral, baseado nas necessidades e experiências humanas e não somente nas necessidades impostas pelos interesses do mercado. Para Gohn “a óptica dos direitos possibilita-nos a construção de



uma agenda de investigação que gera sinergia, não compaixão, que resulta em políticas emancipatórias, não compensatórias” (GOHN, 2011, p 347). Dessa forma, a organização dos estudantes como movimento tem potencial para se constituir como espaço para o debate dos rumos da educação, gerando aprendizado político importante na formação da juventude para que ela participe das questões hoje colocadas para a sociedade em geral.

Ao considerarmos a relação entre educação e movimentos sociais no Brasil e, dentre eles o movimento estudantil, é possível identificar algumas demandas atendidas e outras que ainda restam como objetivos a alcançar. No primeiro caso, temos a demanda pelo acesso e permanência das camadas populares aos diferentes níveis de ensino. O Programa Universidade para Todos (PROUNI) voltado para o acesso à rede privada de ensino superior e o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) que amplia o acesso pela criação de novas instituições públicas, abertura de vagas, cursos noturnos e interiorização de *campi* surgem como respostas a antigas reivindicações dos estudantes e suas famílias.

A escola pública de qualidade, direito legalmente assegurado e uma demanda clássica dos movimentos, continua a se constituir em necessidade cada vez mais inadiável e deve significar formação integral que inclui “pensamento crítico, a capacidade de ler o mundo, de indignar-se com as injustiças, reconhecer e se alegrar com as manifestações de inovação e criatividade dos seres humanos, ou seja, de refletir de maneira autônoma” (Gonh, 2011, p. 349) para isso, como uma expressão do protagonismo juvenil, o movimento dos estudantes pode se constituir uma importante situação educativa.

Pesquisar sobre o Movimento Estudantil Universitário (ME) envolve um labor intelectual semelhante a compor uma colcha de retalhos, na medida em que é necessário relacionar suas ações e desenvolvimento com o contexto sócio-político do país em dado período histórico e, ao mesmo tempo, considerar situações regionais e locais específicas. Tarefa nada fácil dada a multiplicidade de interesses, demandas e reivindicações que circulam no cotidiano da condição estudantil. Essa condição, *ser estudante em uma universidade*, permite conviver com outras relações de interesses e pautas construídas fora da academia, na família, em outras organizações e espaços, que permeiam as relações e reivindicações no interior da universidade. Nessa direção, Sampaio e col. (2011) apontam que o ambiente universitário deveria se configurar, também, como um lugar de convivência onde as relações



entre estudantes extrapolem as relações construídas em sala de aula sendo importante estratégia para a formação psicológica, ética, política e cultural do estudante.

Assim, não existiria um movimento estudantil unitário, mas movimentos estudantis que se inter-relacionam e se inter cruzam como complementares ou em oposição, compondo um matiz singular em relação a outros tipos de movimentos sociais. Há quase quarenta anos Foracchi já afirmava que

Não se pode compreender sociologicamente o movimento estudantil apenas em função das posições defendidas pela sua vanguarda. É necessário investigar sob que condições se estabelecem a comunicação entre a cúpula e a base e de que forma as decisões desta traduzem as reivindicações daquela (FORACCHI, 1977, p. 230).

Dessa forma, o movimento estudantil reúne participantes vinculados a partidos políticos ou que defendem interesses temáticos e mais localizados como os estudantes negros, os LBGTT, mulheres e outros. Não considerar a diversidade existente no interior do movimento estudantil é pensar essa categoria à parte da realidade, caracterizando-a como imutável e homogênea, além de desconsiderar a presença das tensões internas que contribuem para o desdobramento dos embates dos quais a sociedade participa.

A partir do estudo de Benevides (2006) percebe-se que, até 1968, quando o AI-5 foi promulgado, os protestos estudantis tinham como uma das principais bandeiras as condições de ensino das universidades. Como exemplo, o autor cita a resistência ao acordo MEC-USAID², que propunha um modelo de universidade. Nessa época a defesa da gratuidade e da boa qualidade do ensino marcavam as prioridades dos militantes do movimento estudantil. Para eles, combater este acordo era o mesmo que combater o governo e a influência do imperialismo norte-americano. Havia no meio estudantil, o temor de que, se firmado, ele substituísse gradualmente o ensino público e gratuito, o que fez o combate ao MEC-USAID figurar no rol das lutas pela gratuidade e qualidade do ensino.

² Esse acordo, assinado em 1966, resulta de um modelo elaborado por representantes do governo estadunidense. Objetivavam uma ampla reforma no sistema educacional brasileiro com a finalidade de viabilizar a parceria universidade/empresa. O acordo previa, ainda, a privatização do ensino público. As reformas abrangeriam todos os níveis escolares e seriam coordenadas pelo Ministério da Educação (MEC) em parceria com a agência *United States for International Development* (USAID), por isso MEC-USAID.



Outra manifestação que articula o movimento estudantil às questões educacionais foi o protesto contra o projeto da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)³ regulamentada pelo projeto da Lei Orgânica do Ensino do Estado da Bahia, em meados dos anos 60 que, no entender dos estudantes, reforçaria a extinção da gratuidade do ensino médio, inviabilizando o ingresso do estudante pobre à rede pública. Os protestos iniciaram com uma greve geral dos estudantes secundaristas e ganharam a rua com o apoio dos universitários que, durante uma semana, externaram seu repúdio à Lei Orgânica do Ensino através de passeatas diárias e distribuição de boletins como o publicado em jornal:

Nós alunos não fomos ouvidos, nem sequer os professores a respeito do anteprojeto da lei orgânica. [...] Esse nosso informativo é também dirigido aos pais, pois sabemos o quanto eles se sacrificam para nos manter em colégio (mesmo gratuitos). [...] educação não é negócio. Somos contra essa lei e a tudo que ela representa. O que é público é do povo. Hoje a luta é grátis, pagará caro o estudante que permitir a venda de nosso ensino (A TARDE, 22/08/1967, p01).

Cabe um esclarecimento para não correr o risco de idealizar o ME e fortalecer o que Martins Filho (1987) chama de *mitologia estudantil*, ou seja, desconsiderar o estudante como sujeito social e aplicar-lhe um padrão de intervenção na realidade, constituído de uma essência radical e contestatória. A própria definição das pautas de reivindicações se tornava motivo de divergências entre os estudantes, pois enquanto “uns diziam que as questões educacionais deviam ser prioritárias, outros, discordavam, alegando que a prioridade deveria ser dada às questões conjunturais” (BENEVIDES, 2010, p. 80). Parece claro, ao menos até aqui, o envolvimento do movimento estudantil com a questão da qualidade da educação no período de efervescência do movimento, seja ela apresentada como tema de mobilização ou um subtema presente nas “questões conjunturais” em um tempo de grandes e significativas propostas de reformas nos sistemas educativos, e, de novos projetos políticos e econômicos para o Brasil.

Outra contribuição significativa para o estudo da relação qualidade da educação e ME é a discussão, presente em Muller (2010), sobre os encontros acadêmicos de áreas de

³ Lei publicada em 11 de agosto de 1971, durante o regime militar pelo presidente Emílio Garrastazu Médici. Após aprovada consta entre suas características principais que o dinheiro público não seria exclusivo às instituições de ensino públicas (art. 43 e 79), não prever dotação orçamentária para a União ou os estados (art. 59) e a progressiva substituição do ensino de 2º grau gratuito por sistema de bolsas com restituição (art. 63)



conhecimento ocorridas após o AI-5. Segundo essa autora, essas reuniões começaram a fazer parte da realidade de muitos cursos e serviam para a discussão de temas como currículo, condições físicas de funcionamento, produção do conhecimento e mercado de trabalho. Um exemplo é o Encontro de Estudantes de Ciências Econômicas da Região Sul (UFRGS), ocorrida em 1973, que trouxe *o currículo* como tema central que, na compreensão dos militantes, estava estruturado para mostrar como funcionava o sistema capitalista.

Assim, pode-se considerar que uma das estratégias empregadas pelo ME, como forma de resistência ao regime militar, foi resistir à sua política educacional e, principalmente, à reforma universitária, julgada como parte de uma política de incentivo ao investimento privado nacional e estrangeiro, submissa a esses interesses, em detrimento da produção do conhecimento autônoma como fundante de sua existência. Em contrapartida, apesar dos estudantes canalizarem suas críticas contra a política adotada pelo regime, principalmente no campo econômico e educacional, os documentos do período apresentam uma fragilidade quanto à intervenção positiva e crítica no âmbito das instituições de ensino existentes, mostrando-se uma luta mais contra o regime do que propositiva, visando reformulações no sistema.

Essas análises auxiliam a abordar uma questão importante nesse estudo: como os estudantes da UEFS se articularam/articulam para aferir/intervir a/na qualidade do ensino oferecido na universidade?

O ESTUDANTE DA UEFS EM MOVIMENTO

A universidade, em Feira de Santana, foi autorizada em 1976⁴ como resultado de um longo embate político entre os interesses da proposta governamental de formar professores para o ciclo básico em cursos superiores de curta duração e a pretensão dos representantes locais de criar uma instituição realmente universitária. Nasce em um contexto socioeconômico de interiorização das universidades estaduais e de contestação à política ditatorial, o que oportuniza, aos estudantes recém-ingressos, vivenciarem diferentes formas da participação política; desse modo, é iniciado um processo de mobilização que culminou na

⁴ A universidade obteve o parecer de autorização de funcionamento pelo Decreto Federal nº. 77.496 de 27 de abril de 1976.



criação posterior das suas entidades estudantis, cujas primeiras mobilizações giraram em torno da melhoria dos cursos e ampliação do acesso à universidade.

A primeira greve geral estudantil na UEFS ocorreu em 1980, um período marcado por variadas e sucessivas reivindicações dos diversos coletivos no município, dentre eles os trabalhadores rurais e os Movimentos de Bairro, que se juntaram aos estudantes nas suas demandas, conforme a manchete,

Gritando slogans [...] cerca de 500 estudantes realizaram ontem uma passeata no centro da cidade, reivindicando ensino gratuito no país e em todos os níveis. Eles saíram do prédio da antiga Faculdade de Educação, e carregando faixas, cartazes, foram até o estacionamento rotativo da Getúlio Vargas, onde realizaram um ato público (FEIRA HOJE, 12/09/1980, p 02).

A greve desencadeou mobilizações posteriores nos cursos da UEFS. Em 1981, os estudantes do curso de Construção Civil, constituído, inicialmente, como uma modalidade do bacharelado em Engenharia de Operações, realizaram forte mobilização que durou sessenta e oito dias, propondo a mudança curricular do curso de Tecnólogos em Construção Civil para um novo curso de Engenharia Civil. Alegavam a necessidade de maior inserção no mercado, embora a pauta de reivindicação tenha se tornado bem mais extensa, com pontos mais politizados como o fim da ditadura militar e eleição direta para reitor em *todas* as universidades. O DA de Ciências Econômicas também organizou, no mesmo ano, uma greve por questões educacionais que durou cerca de dois meses. Os estudantes dos cursos de Administração, Letras e Enfermagem organizaram seus diretórios em 1982.

A partir destas iniciativas e do contexto de reivindicações em torno das liberdades políticas de organização, surgiu a necessidade de formação de uma entidade geral, que unificasse sua atuação. Seria, de certa maneira, o processo de institucionalização da luta geral do ME na UEFS. O DCE foi formado no Congresso Estudantil realizado em meados de 1983, sete anos após a criação da universidade, assumindo um conjunto de proposições políticas, para além das lutas educacionais. Essas bandeiras refletem as orientações que influenciavam a proposição das pautas, pois algumas extrapolavam a luta estudantil, para alcançar uma solidariedade com a luta dos trabalhadores na crise do regime militar.

Fato relevante para esse estudo é a posição assumida pelo DCE - UEFS durante o processo de greve dos professores das universidades estaduais da Bahia em 1987, diferente dos anos anteriores, como a ocorrida em 1985, fruto de tentativas frustradas de negociação com o governador João Durval e, no caso dos professores da UEFS, também com o Reitor José Maria Nunes Marques. Os professores reivindicavam, em 1985, um novo quadro salarial,



melhores condições de trabalho e ensino, democratização da universidade, incentivo à pesquisa e à extensão, dentre outros itens, e contou, no período, com o apoio incondicional dos estudantes feirenses.



Figura 1: Manifestação conjunta de apoio a Greve Docente de 1985 (acervo DCE-UEFS)

Nesse ano o DCE envia documento ao Reitor em apoio ao movimento dos professores

Entendemos que a continuidade da greve não implica em prejuízos maiores para nós, do que aqueles resultantes de um retorno às aulas precipitado e inconseqüente, sem o atendimento às reivindicações dos professores e prevalecendo a intransigência do Senhor Governador [...] (OFÍCIO DCE-UEFS, 14/11/1985)

Já em 1987, apesar de considerarem justas as reivindicações dos professores, a preocupação da entidade estudantil era com o prejuízo que os estudantes iriam arcar devido ao prolongamento da greve. Nessa ocasião, se posicionaram através de documento exigindo da reitoria uma negociação junto ao Governo do Estado,

A comunidade estudantil tem manifestado viva insatisfação com a greve dos professores, por considerá-la inoportuna e prejudicial aos interesses dos estudantes. Ao mesmo tempo reconhece a justeza das reivindicações dos professores uma vez que os seus salários já se encontram bastante defasados. Por isso mesmo, solicita do governo estadual uma aceleração nas negociações a fim de resolver o impasse o mais breve possível, e o atendimento da reivindicação dos professores por um salário emergencial (OFÍCIO, 15/05/1987).



Esta greve durou 60 dias, mas os estudantes retiraram oficialmente o apoio, do DCE, alegando o prejuízo advindo da paralização e perda da qualidade do semestre tendo optado pela anulação do semestre, segundo informação verbal de um militante.⁵

As movimentações estudantis feirenses não pararam por aí, alguns embates tiveram forte repercussão na cidade como foi o caso da visita de Waldir Pires à UEFS, em 1988. Após as mobilizações da greve docente em 1987, quando houve confronto com o Governo do Estado, o governador foi convidado pela reitoria para proferir a aula magna da instituição e teve de enfrentar um ato público organizado na porta do auditório ao som de uma paródia baseada na música *tempo novo*, veiculada à sua campanha⁶, conforme notifica o jornal da cidade e Silveira,

[...] foi saudado por uma estrondosa e constrangedora vaia. Portando cartazes, paródia da música da campanha eleitoral do governador, estudantes universitários criticaram, principalmente, o estado de abandono em que se encontra o setor educacional no Estado (FEIRA HOJE, 15/03/1988).

eu quero ver um tempo novo
sem crescer nem construir
a educação parou
no governo de Waldir (SILVEIRA, 2010, p 100)

Motivos parecem não faltar para essa mobilização contra o governador pela comunidade universitária. Lopes (2010) aponta, dentre eles, a aprovação de novos cursos no ano anterior, 1986, sem ampliação dos espaços físicos, resultando na falta de espaço para as atividades de estudo e pesquisa e a existência de uma biblioteca deficitária.

O poema abaixo, encontrado nos arquivos do DA de História, apresentado por Lopes (2010), ilustra o olhar dos estudantes sobre a qualidade da educação durante a crise,

Quem quiser ser estudante
Não se engane a vida é dura
Não tem professor nem livro
Nem semestre ou formatura

Mas tem cobra, tem buraco
E o banheiro é bosta pura
O professor ganha menos
Que o gari da prefeitura

⁵Informação verbal de WM, militante do movimento em período, emitida no dia 23/10/2014.

⁶ Propaganda eleitoral no site <https://www.youtube.com/watch?v=r-d1CKfawEQ>. Acessada em fevereiro de 2014



(...)

Quando não choca o horário
Falta o mestre ou falta sala
O difícil na UEFS
É poder assistir aula

Estudar é uma aventura
Nessa universidade
Quem pôde, já foi embora
Pruma escola de verdade⁷

139

Junto a este poema, Lopes (2010) encontra uma paródia à música de Walmir Lima e Lupa, *Ilha de Maré*, que também apresentava a crise na UEFS do ponto de vista dos estudantes de História. Nela, lê-se:

Ah, eu passei no vestibular minha senhora
E só Deus sabe o tanto que eu sofri
Pra vir pros bancos dessa escola, estudar e me formar
E veja só a arapuca que eu caí.

Refrão: Aí foi que eu sambei Yara⁸
Aí foi que eu sambei Yara

(...)

Ah, faz tanto tempo que cheguei minha senhora
Que já não sei mais nem o bê-a-bá
O tempo passa e mais a gente emburrece na UEFS
Mas sei que em greve eu vou me especializar
Refrão⁹

Compreender a vida universitária nesse ambiente específico requer múltiplos olhares, tanto para acompanhar sua dinâmica quanto a diversidade de motivos subjacentes a cada movimento. Fica evidente que a luta estudantil na UEFS tinha forte vinculação política e estava, na maior parte das vezes, voltada para as lutas sociais da cidade, mantendo um constante diálogo com os movimentos classistas organizados no período e constituindo-se um elo identitário com os trabalhadores da região que contribuíram significativamente na formação dos universitários e na própria criação da universidade (SILVEIRA, 2010). Por

⁷ Documento caligrafado, sem autor e sem título. Disponível em: Arquivo do D.A. de História Antônio Conselheiro – UEFS. 18 jan.1990, citado por Lopes (2010)

⁸ O pronome de tratamento “senhora” e o substantivo próprio “Yara” se referem à reitora em exercício, prof.^a Yara Maria Nunes Cunha Pires, cuja gestão se estendeu de 1987 a 1991.

⁹ Idem nota 08.



outro lado, não deve negar a relação existente entre o movimento estudantil da UEFS e a busca pela qualidade da educação, pois, como se evidenciou, era um tema presente nas pautas de reivindicações, em que pese a pouca centralidade a ela atribuída.

O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UEFS: A BUSCA DE UM NOVO PROTAGONISMO?

Para Cancian (2008) o movimento estudantil no Brasil sofreu uma inflexão como consequência de ter sido liderado por militantes das organizações de esquerda que priorizavam as reivindicações políticas em detrimento das demandas educacionais. Segundo esse pesquisador, a subordinação à agenda política conduziu aos protestos de 1977 em defesa das liberdades democráticas, mas provocou um longo refluxo, que persiste até hoje, em razão do distanciamento de parte significativa dos estudantes que demonstra desinteresse pela política nacional. Seguindo a mesma linha, Freire (2008) aponta que esse suposto desinteresse dos estudantes não é casual, a quase ausência de lutas estudantis reflete uma mudança de estratégias e de ações do ME que representa possibilidades de resistência dentro de um novo contexto cujos delineamentos ainda não estão claros.

De acordo com Mesquita (2003) emerge uma sociabilidade militante onde a pluralidade de expressões estudantis, que adota novos formatos, metodologias e pautas indica outros modos de organização desse segmento. Para ele, o movimento estudantil continua como uma possibilidade de inserção e atuação política, porém, diferente das décadas passadas, atualmente os estudantes contam com múltiplos e diferentes canais de expressão política. Sinaliza a emergência de novos atores juvenis que atuam em diversos campos na definição coletiva de políticas públicas que atendam às suas necessidades, a exemplo de organizações não governamentais e movimentos de cunho cultural. Esses formatos trazem consigo elementos, estratégias e repertórios característicos dos Novos Movimentos Sociais (NMS), definidos como,

Um novo tipo de expressão coletiva que introduz outros atores sociais organizados sobre outras referências não ligadas às tradicionais esferas e aos canais clássicos de representação social (partidos, governos, sindicatos, etc), redescobrimo novos modos de intervenção social que exigiam um novo olhar sobre a expressão política do cidadão comum (SOUZA, 1999, p.117)

Nas últimas décadas, a universidade passou por mudanças acionadas pelas políticas educacionais que visavam à reestruturação da educação superior, impondo novas estruturas e



modos de gestão, criando novas demandas e novos modos de mobilização. As políticas públicas passam a pautar questões da cidadania e participação, a educação ganha uma Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e novos atores políticos, muitos dos antigos militantes estudantis, entram em cena. O leque de propostas se amplia. Surgem coletivos com propostas articuladas e fundadas em projetos sociopolíticos e culturais emancipatórios na mesma proporção que propostas predominantemente integradoras, como as lutas contra o abuso sexual e a discriminação de classes, a favor da igualdade de gênero e raça, etc.

A partir das regras básicas de convívio democrático, o jovem vai atuar para “posicionar-se politicamente de forma mais amadurecida e lúcida, com base não só em ideias, mas, principalmente, em suas experiências (práticas e vivências) concretas em face da realidade” (COSTA, 2001, p.26). Essa forma de atuação estudantil, baseada mais nas experiências que em ideias, pode abrir espaço para atitudes solidárias ao assumir reivindicações de cunho assistencialista para suprir necessidades imediatas da comunidade universitária. Dessa perspectiva, abordo uma das manifestações que aconteceram na UEFS nos últimos anos: a movimentação do Coletivo Rapinagem em relação ao Restaurante Universitário (RU).

A criação de um restaurante se apresentou como demanda estudantil desde o 1º Relatório Síntese da Avaliação Institucional da UEFS, em 1997. Para os depoentes, as cantinas - único serviço de fornecimento de alimento no campus durante o período - foram descritas como mal estruturadas, sem obedecer a condições mínimas de higiene e ofertando alimentos de baixa qualidade a preços altos (UEFS, 1997). Visando superar os problemas, os estudantes sugerem, durante a avaliação institucional, que as cantinas sejam substituídas ou anexadas a um Restaurante Universitário “edificado para atender à demanda de alunos, professores e funcionários e, também, para viabilizar maior integração dos alunos naquele horário do almoço” (UEFS, 1997, p. 134). Apenas em outubro de 2007, foi inaugurado, após reuniões e consultas à comunidade universitária, o tão almejado restaurante, dividido em dois espaços, um bandejão¹⁰ e outro *self-service*, com um preço acessível, mas diferenciado em relação ao primeiro.

¹⁰ Bandeirão é uma espécie de restaurante popular oferecido como forma de auxílio para os alunos da UEFS. O nome vem do aumentativo de bandeja, porque geralmente a refeição é servida numa bandeja.



A estrutura adotada para o RU parece ter criado ou reforçado uma espécie de separação entre os estudantes, aqueles que podem e aqueles que não podem pagar por um alimento melhor e mais variado e, principalmente, ele irá separar os estudantes dos servidores da UEFS. Essa situação começa a incomodar alguns estudantes e os dois espaços adquirem, com o passar do tempo, rótulos significativos que afirmam a separação de condições entre eles, o bandeirão e o burguesão. Por fim, em 2012, a UEFS testemunha uma das maiores e mais resistentes movimentações de estudantes da década, um coletivo autodenominado Rapinagem ocupa o self-service, o Burguesão, no dia 12 de abril.

As principais reivindicações eram o fim do self-service e a ampliação do Bandeirão, o que resultaria numa melhoria da qualidade do serviço; funcionamento aos fins de semana, garantindo uma alternativa de alimentação para moradores da Residência Universitária e um RU gratuito e público.

Três dias depois da ocupação do RU, professores e funcionários foram surpreendidos por uma “muralha” improvisada no pátio da UEFS. Os manifestantes impediram o acesso de todos e transformaram o pátio em espaço para as reuniões entre o coletivo e os representantes da reitoria ao longo de três dias. Com isso visava fazer-se notar, obter o apoio de eventuais simpatizantes (professores, funcionários e outros estudantes) e criar um campo público de negociação coletiva. Durante essa manifestação os estudantes distribuíram uma carta aberta à comunidade onde esclareciam suas reivindicações e propostas.



Figura 2: O Coletivo Rapinagem impede o acesso de servidores e terceirizados à UEFS, 16/04/2012 e Reitor José Carlos Barreto, Vice-Reitor Genival Correia, representantes da Administração Central e ADUFS apresentam sinais de cansaço (à direita) em 17/04/2012. (fonte <http://pulitzeruefs.blogspot.com.br/>)



Após o terceiro dia de ocupação do acesso, as contrapropostas apresentadas pela reitoria não satisfizeram as demandas dos estudantes que, durante as negociações, ficavam de costas como sinal de repúdio. Apenas após compromisso firmado, pela reitoria, de suspensão dos serviços do restaurante, os estudantes decidiram pelo desbloqueio do pórtico, permanecendo a ocupação do RU ao longo das negociações entre estudantes e administração universitária.

Durante o período da movimentação estudantil o DCE da UEFS, na Gestão OUSAR, foi acusado de compactuar com a Reitoria e instado a manter-se à margem das negociações. Por sua vez, os professores alegaram não reconhecer o Coletivo Rapinagem como porta voz legítimo da vontade dos estudantes, solicitando à Reitoria medidas para responsabilizar os integrantes do grupo pelos prejuízos patrimoniais e eventuais danos morais causados durante a ocupação do RU e do *self-service* e a obstrução da entrada do campus.

Nesse ambiente, aparentemente inóspito, as negociações entre o coletivo Rapinagem e a Reitoria seguiram durante os meses subsequentes sem grandes avanços, deixando o RU em completa inatividade. Em setembro de 2013 o restaurante ressurgiu apenas na modalidade bandeirão com espaço ampliado, custando R\$ 1,00 o almoço para os estudantes matriculados e isenção de taxa para os cadastrados no Programa Institucional de Bolsa Alimentação, com atendimento aos fins de semana, considerada pelo grupo como uma vitória do movimento.

O episódio relatado e que envolve o coletivo Rapinagem nos convida a examinar as novas formas de militância do movimento estudantil distantes da militância tradicional e com estratégias e modo de fazer política diferenciados. São signos dessa nova lógica sua desvinculação de partidos políticos e uma organização menos institucionalizada paralela às entidades representativas tradicionais como o DCE e os DA. Esses movimentos se fortalecem no interior das universidades criando ações coletivas dirigidas a demandas imediatas dos estudantes e parecem estar ligados a pequenos coletivos no campo da cultura, grupos de estudantes negros, de mulheres universitárias ou contra a homofobia. No caso específico do Rapinagem sua movimentação se deu no intercruzamento de pequenos coletivos estudantis da UEFS como o Núcleo de Estudantes Negros da UEFS (NENUEFS) que luta pela igualdade étnica, o coletivo Quitérias de Diversidade Sexual, que defende a causa homossexual, o grupo Levante e Lute e o grupo Lutar e Construir, portanto, formado por estudantes de todos os coletivos.



Assim, é possível afirmar que os grupos temáticos, fortalecidos, pulverizam-se atualmente como alternativa ao movimento estudantil clássico. Eles são capazes de mobilizar e atrair outros estudantes, de atribuir novos significados para suas lutas e criar polêmicas acirradas com possibilidades efetivas de discussão no interior do movimento e da universidade. Além disso, são capazes de desenhar novas estratégias de mobilização impressionando e desafiando tanto as lideranças estudantis quanto a gestão universitária. Mas, até aqui, permanece vago o espaço de reivindicações focadas na qualidade da formação que recebem como estudantes universitários.

Ao analisar o ME da UEFS nesse período recente citando o evento relacionado ao coletivo Rapinagem, fica evidente que o foco dos movimentos estudantis não tem sido a qualidade da educação oferecida na universidade, o que confirma os depoimentos das pessoas que entrevistamos para elaborar a pesquisa de mestrado. Mas, ao mesmo tempo, foi possível identificar uma nova sociabilidade estudantil que se organiza a partir de necessidades imediatas, voltadas para questões relacionadas ao cotidiano desses jovens na universidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF, Senado, 1988, 292p.

_____. *Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/394.htm>. Acesso: 23/10/14

_____. *Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004*. Institui o Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. Disponível em: http://www.portal.inep.gov.br/superior-avaliacao_institucional-legislacao. Acesso: 23/10/14

_____. *Lei 13005 de 25 de junho de 2014*. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, 26 junh. 2014.

BENEVIDES, Silvio César Oliveira. *Na contramão do poder: juventude e movimento estudantantil*. São Paulo: Annablume, 2006. 130 p.



COSTA, Antônio Carlos. *O protagonismo juvenil passo a passo: uma guia para educador*. Belo horizonte. Universidade. 2011

CANCIAN, Renato. Para Historiador, militância enfraqueceu estudantes. *In: Jornal Folha de São Paulo* em 17 mar de 2008. Disponível no site: www.folha.com.br. Acesso: 28 de out 2014

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação da educação superior: avanços e riscos. *In: ECCOS - Revista científica*, [On-line], v. 10, n. especial (julho), p.64-93, 2008^a. Disponível em: <http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/eccos/.../eccosv10nesp%203c04.pdf> Acesso em 05 de agosto de 2014

_____. Educação Superior, globalização e democratização. Qual universidade? *In: Revista Brasileira de Educação*, [s.i], v. 01, n. 28, p.164-173, 01 jan. 2005b. Quadrimestral. Disponível no site < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n28/a14n28.pdf> > Acesso em 25 de janeiro de 2014.

FORACCHI, Marialice. *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*. São Paulo: companhia editora nacional, 1977.

FREIRE, Silene de Moraes. Movimento Estudantil no Brasil: lutas passadas, desafios presentes. *In: Rhela*. Vol. 11. 2008. P. 131-146.

GONH, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais na contemporaneidade. *In: Revista Brasileira de Educação*, v16, n.47 maio-ago, São Paulo, 2011, p 333 a 513.

_____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: edições Loyola, 2008.

GREVE dos estudantes da UEFS. *Feira Hoje*. Feira de Santana, 12 set. 1980, capa e p. 02

LOPES, Jackeline Silva. *Na sala de espelhos: professores de história entre representações e identificação com a profissão* (Feira De Santana, 1986-1991). 2010. 211 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Estadual de Feira da Santana, Feira de Santana, 2010.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e a Ditadura Militar: 1964-1968*. São Paulo: Ed. Papyrus, 1987.

MESQUITA, Marcos Ribeiro. Movimento estudantil brasileiro: práticas militantes na ótica dos novos movimentos sociais. *In: Revista Crítica de Ciências Sociais* (online). 66/2003. Disponível no site: <http://rccs.revues.org/1151> Acesso em 02/10/2014

MOROSINI, Marília Costa. Rankings de Desempenho na Avaliação da Educação Superior: tendências da contemporaneidade. *In: DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas et al.* (Org.). *Convergências e tensões no campo da formação e do trabalho docente*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.



MULLER, Angélica. *A resistência do movimento estudantil contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*. 2010. 225 f. Tese (Doutorado) - Curso de História Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-06102010-161921/publico/2010_AngelicaMuller_1.pdf >. Acesso em: 01/11/14.

OFÍCIO. Enviado a reitoria em 15 de maio de 1987, pelo coordenador geral do DCE, Josmar de Melo Moreira. Acervo DCE-UEFS/ Label

OFÍCIO. Enviado pelo DCE ao Reitor José Maria Nunes Marques em 14 de nov. de 1985. Acervo DCE UEFS/ Labelu

ORGÂNICA ou “inorgânica”. *A Tarde*, Salvador, 22/08/1967.

PAIVANDI, Saeed. A avaliação do ensino pelo estudante, a pedagogia universitária e o ofício de professor. In: SANTOS, Georgina Gonçalves dos; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org.). *Observatório da vida estudantil: universidade, responsabilidade social e juventude*. EDUFBA 2013. V3; 388p.

PROFESSORES da UEFS fazem mais uma assembleia hoje. *Feira Hoje*. Feira de Santana, p. 3, 12 abr. 1988.

RIACES – Red Iberoamericana para la Acreditación de la Calidad de la Educación Superior. *Glosario Internacional de Evaluación de la Calidad y Acreditación*, editado por Agencia Nacional de Evaluacion de Calidad y Acreditacion, Orense, Madrid: 2004

SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org). *Observatório da Vida Estudantil: primeiros estudos*. Salvador; EDUFBA 2011. V1; 273p.

SEABRA SANTOS, Fernando; ALMEIDA FILHO, Naomar de. *A quarta missão da universidade: internacionalização universitária na sociedade do conhecimento*. Brasília; Coimbra: Universidade de Brasília e Imprensa da Universidade de Coimbra, 2012. 238 p.

SILVEIRA, Jamile de Silva. *Lutas populares e movimento estudantil: Trajetória Política dos Estudantes na UEFS (1976-1988)*. 2010. 165 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História Social, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SOUZA, J.T.P. *Reinvenção da utopia: a militância política de jovens nos anos 90*. São Paulo: Hacker Editores. 1999.

UNESCO/OREALC. *Cumbre de las Américas panorama educativo de las americas*. Informe Regional, proyecto regional de indicadores educativos, Santiago - Chile, Enero 2002. Disponível em <http://unesdoc.unesco.org/imag>. Acesso:05 /07/ 14

UNESCO, Cumbre de las Américas. *Alcanzando Las Metas Educativas Informe Regional Proyecto Regional de Indicadores Educativos*, Santiago de Chile, agosto de 2003. Disponible em <http://www.prie.cl>. Acesso;10/10/14.



UNIVERSITÁRIOS RECEBEM WALDIR COM UMA GRANDE VAIA. *Feira Hoje*, terça feira, 15 de março de 1988, capa. Museu Casa do Sertão/ UEFS.)